

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: Um estudo sobre as moradias da Beira-Trilhos em Passo Fundo/RS.

Carolina Werlang Fazenda¹; Laercio Stolfo Maculan².

1 Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo. IMED. carol.fazenda@gmail.com

2 Professor orientador e Doutorando. IMED e UFRJ. laercio.maculan@imed.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre as ocupações caracterizadas por assentamentos precários situadas na Beira-Trilhos da cidade de Passo Fundo - RS. Por volta dos anos 1960, problemas econômicos, más condições de vida no campo e a crise agrária mundial, fizeram com que agricultores, fugindo da pobreza, decidissem migrar para as cidades. Essas não tinham infraestrutura, escolas e serviços públicos suficientes, assim não estavam preparadas para receber essa grande demanda de pessoas (DAVIS, 2006). Nesse contexto, surgiram as favelas, ocupações e loteamentos nas margens das cidades, grande parte delas compostas de casas construídas pelos próprios moradores. Para tais construções, não foram respeitadas leis urbanísticas, nem padrões, além de não contarem com a ajuda de profissionais das áreas de construção civil e jurídica (MARICATO, 2013).

Em média 1400 famílias estão em vivendo em assentamentos precários na Beira-Trilhos de Passo Fundo – RS. Dentre elas, algumas vieram de outras cidades do estado à procura de emprego e melhores condições de vida. Pela boa posição geográfica e infraestrutura, as famílias escolheram a Beira-Trilhos para morar, o que garante mais rapidez no deslocamento casa/trabalho. As moradias localizam-se ao longo de 15 km da linha férrea e tem cerca de 40 anos de existência.

Em 2018, a Concessionária de serviço ferroviário Rumo Malha Sul, responsável pelos trilhos, teve 30 dias para analisar as áreas de trilhos não utilizadas, essas estavam sendo vistas pela prefeitura, como solução aos assentamentos precários para que a situação dos moradores da Beira-Trilhos fosse regularizada. Foi constatado que os trechos dos bairros Armando Annes, Victor Issler, Vera Cruz e Valinhos não são utilizados, assim, futuramente serão retirados os trilhos e será realizada uma requalificação da área e regularização desses assentamentos. Portanto, objetivo do presente artigo é a discussão entre autores que tratam sobre os assentamentos precários e projetos de habitação social e urbanização, que proporcionem melhor qualidade de vida aos habitantes.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O processo metodológico foi separado em duas etapas, sendo a primeira: pesquisa sobre o tema a partir da seleção de artigos, livros e outros meios de referências. A segunda etapa foi a seleção de projetos arquitetônicos executados e publicados em portais com renome internacional, que sejam relevantes e tenham material gráfico para análise.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Este parágrafo tem o objetivo de expor as definições por autores e mediante o exposto, comparar com as habitações situadas na Beira-Trilhos de Passo Fundo – RS.

Conforme BRASIL (2010, p. 3) é chamado de aglomerado subnormal “o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais” que encontram-se em lotes de dimensões e formatos irregulares, vias de acesso precárias e carentes de serviços públicos.

O Plano diretor de Passo Fundo – RS, conceitua como assentamentos precários, os locais com ocupações em áreas que ofereçam risco ambientais e urbanos, além de incompatibilização com as leis urbanísticas, ausência de saneamento básico e condições precárias de habitação (PASSO FUNDO-PDDI, 2006). Logo o Ministério das Cidades define como assentamentos precários, as moradias de baixa renda que apresentam precariedade, falta de regularização fundiária, saneamento básico, infraestrutura urbana, e localizam-se em áreas de risco (BRASÍLIA, 2010). Expostas as definições, percebemos que cada autor tem seu conceito, entretanto as características físicas que compõe as habitações são similares.

3.2. TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

FAVELA: É constituída de edificações construídas pelos próprios moradores, estes pertencentes a classes de alta vulnerabilidade, assim, possuem baixo índice escolar, econômico, falta de políticas públicas (RIO DE JANEIRO, 2009).

CORTIÇO: São chamados cortiços os imóveis abandonados ocupados ilegalmente ou alugados do centro da cidade, neles há uso coletivo de instalações elétricas e hidrossanitárias (BRASÍLIA - DF, 2010).

GUETO: É a definição de áreas segregadas e restritas localizadas no centro e habitadas por grupos que compartilham mesmo pensamento, crença, etnia. Sua população acaba sofrendo preconceitos do resto da sociedade (WACQUANT, 2004).

LOTEAMENTOS IRREGULARES: São habitações uni e multifamiliares construídas irregularmente e sem autorização, esses lotes são organizados e vendidos ilegalmente por uma pessoa (SAMORA, 2009 apud FUNDAÇÃO SEADE, 2008, p. 2).

3.3. O CONTEXTO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Segundo Davis (2006), as famílias de baixa renda optam por correr riscos de vida, por questões ambientais e urbanas, a se alojar em locais onde podem ser despejadas a qualquer momento. Então, a autoconstrução torna-se uma boa alternativa para a solução de moradia, e ainda proporciona relação de solidariedade com vizinhos que passam pela mesma situação, formando uma união e fortalecendo a luta por direito à moradia adequada (SUAVE, 2009).

Todavia, as cidades globalizadas são separadas pela classe elitizada, pertencentes à bairros ricos com todos os tipos de infraestrutura e a classe pobre, constituída de trabalhadores, “desempregados e marginalizados” (HARVEY, 2013 p.29). Esse tipo de divisão gera desigualdade social, que dificulta os grupos vulneráveis a possuírem seus direitos. A falta de infraestrutura urbana, grandes distâncias até emprego e serviços são situações do cotidiano dos moradores dos assentamentos precários (MARICATO, 2003). Os ocupantes da Beira-Trilhos de Passo Fundo, por viverem em situação precária, não tem o direito de participarem de programas de financiamento de moradias que sejam onerosos, assim, a única alternativa é aguardar por políticas públicas do governo (CDHPF, 2005).

3.4. URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO SOCIAL

De acordo com Bonduki (2011), a oferta de habitação aos mais carentes, teve início na década de 10, nessa época eram construídos cortiços, vilas e corredores de casas pelo setor privado. Mais tarde, habitações desenvolvidas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões e Banco Nacional de Habitação tiveram fracasso, repetindo projetos de más qualidades, sem conceitos e incompatíveis com o tema social. Em 2008 foi implantado o Programa Minha Casa Minha Vida, que proporcionou acesso à moradia a milhões de famílias, o programa segue em prática atualmente (CARVALHO, 2018). A proposta é construir as habitações em locais com infraestrutura e boa localização, entretanto essa decisão tem ficado por conta das construtoras, que localizam grande parte das moradias em áreas periféricas, causando um novo impasse às famílias (SIQUEIRA e ARAÚJO, 2014 apud ROLNIK, 2010).

Dessa forma, para os moradores das habitações sociais se integrem com o restante da população da cidade, é necessário implantar as habitações em locais onde há infraestrutura, algumas medidas que ajudam a promover isso, são a criação de Zonas de Interesse Social (ZEIS), IPTU Progressivo no Tempo e Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios – PEUC (ROLNIK et al., 2010).

3.5. URBANIZAÇÃO DO COMPLEXO DO ALEMÃO

Foi escolhido o projeto do Complexo do Alemão por ser uma favela caracterizada por assentamentos precários que foram construídos com a ideia inicial de abrigo, assim, buscou-se uma forma mais eficiente, rápida e que o próprio morador, com ajuda de amigos, família e vizinhos, possa construir. Logo as casas foram construídas com materiais de baixo valor e geralmente de madeira, sendo o primeiro modelo mais precário e que contém apenas os cômodos essenciais e muitas vezes não possui banheiro. A ocupação do lugar pelos moradores, se deu pela ocupação irregular, causada pela segregação e crescimento acelerado das cidades. A favela situa-se cerca de 18km do centro da cidade do Rio de Janeiro.

Para a urbanização de parte do Complexo, o arquiteto Jáuregui propôs a melhoria da mobilidade no interior da favela, a partir de teleféricos e requalificação de ruas, calçadas e escadarias; a ocupação de uma área da Serra da Misericórdia para promover eventos públicos e conforto térmico a partir das pedreiras e lagos; o projeto de novas habitações a moradores com casas mais precárias e melhorias habitacionais àquelas que ainda estão em estado regular; e renovação e implantação de projetos de paisagismo aos espaços públicos, praças, becos. Segundo o arquiteto, a felicidade das pessoas aumentou após os projetos de urbanização das favelas, realizados por ele. A urbanização de uma favela, promove a criação de um novo espaço de centralidade no bairro, este que atrai não só moradores locais, mas de todo o bairro. Torna possível também o acesso público à favela, que antes da urbanização, era dificultado pela falta de ruas e acessos (JÁUREGUI, 2002).

4. CONCLUSÃO

Segundo resultados obtidos nesse estudo, percebe-se que as cidades não estão evoluindo da forma idealizada pelos arquitetos e urbanistas, como cidades inclusivas, sustentáveis, futurísticas, com edifícios com fachadas de vidro, aço. Pelo contrário, as favelas compostas de assentamentos precários, são o tipo de habitação que mais vem crescendo no mundo (DAVIS, 2006). As ocupações habitacionais próximas à linha férrea são consideradas um problema social que abrange grande parte das ferrovias brasileiras e

são somadas a preconceitos e segregação por outras classes. Em contrapartida desse contexto, é visível a evolução dos projetos de habitação social, profissionais vem vencendo a ineficiência de tipologias repetitivas e que não atendem as necessidades das famílias. Além disso, cada vez mais são propostas diretrizes para menor impacto ao meio ambiente e integração dos moradores com o restante da cidade.

Ao analisar diversas fontes, condições econômicas, construtivas e físicas das moradias da Beira-Trilhos de Passo Fundo foram conceituadas como assentamentos precários. No entanto, em escala global ainda há dificuldades de definir e distinguir essas habitações, “em vista da heterogeneidade das condições socioeconômicas e de padrões construtivos em um mesmo setor de aglomerado subnormal” (GONDIM, 2010, p. 5, apud PRETECEILLE; VALLADARES, 2000).

Em virtude dos casos mencionados, fica exposto os benefícios que um projeto de urbanização e habitação em uma área de baixa renda, proporciona aos moradores e entorno. Dessa forma, essa pesquisa visa contribuir com a análise e conceituação dos assentamentos precários localizados ao longo da estrada de ferro de Passo Fundo, promover o interesse e debate sobre o assunto, além de estimular possíveis intervenções no local.

5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABEA, Associação Brasileira de Ensino de AU. Manifestação pela qualidade do ensino de arquitetura e urbanismo. A precarização do ensino superior e a contradição com o futuro que queremos para o país. Drops, São Paulo, ano 18, n. 123.08, Vitruvius, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/18.123/6816>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

BONDUKI, Nabil. 1955. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e a difusão da casa própria**. 5ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011 344p.:il.

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Lei da Assistência Técnica.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais. 2010. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

BRASÍLIA - DF. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários. Brasília - D, 2010. 82 p.

BROCANELI, Pérola Felipette. **O ressurgimento das águas na paisagem paulistana: fator fundamental para a cidade sustentável**. 2007. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.16.2007.tde-25052010-153625. Acesso em: 19 abr. 2019.

CARVALHO, Alice de Almeida Vasconcellos de. Da moradia à colcha de retalhos. O impacto do Programa Minha Casa, Minha Vida na configuração urbana das cidades brasileiras. Arqutextos, São Paulo, ano 19, n. 220.03, Vitruvius, set. 2018 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/19.220/7126>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CDHPF (Passo Fundo). DIREITO HUMANO À MORADIA ADEQUADA DESVELANDO O BEIRA-TRILHOS: SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS. 2005. Disponível em: <<http://cdhpf.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Direito-humano-a-moradia-adequada.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. Ed. Perspectiva. São Paulo, 2013.

GONDIM, Linda M. P. Habitação Popular, Favela e Meio Ambiente. 2010. Disponível em: <<https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/161/161-798-1-SP.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

HARVEY, David et al. Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

JÁUREGUI, Jorge Mario. Projeto de articulação socio-espacial - Complexo do Alemão (Escala Territorial). 2002. Disponível em: <http://www.jauregui.arq.br/favelas_alemao.html>. Acesso em: 16 abr. 2019.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estud. av. São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, agosto de 2003.

PASSO FUNDO (RS). PDDI-Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-passo-fundo-rs>. Acesso em: 06 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO. OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. O que é favela, afinal? 2009. Disponível em: <<http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-%C3%A9-favela-afinal.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

RODRIGUES, Giovana Gravellos Dias Starke; BROCANELI, Pérola Felipette. Calçadas, vegetação e controle térmico. A condição microclimática no Parque da Luz. Minha Cidade, São Paulo, ano 19, n. 224.02, Vitruvius, mar. 2019 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/19.224/7266>>.

ROLNIK, Raquel. (org.) Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa minha casa minha vida?: implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades, 2010 p.64.

SAMORA, Patrícia Rodrigues. **Projeto de habitação em favelas: especificidades e parâmetros de qualidade**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-27042010-151732/en.php>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC Ltda, 1993.

SIQUEIRA, Thaís Almeida e ARAÚJO, Ronaldo de Sousa. Programas de Habitação Social no Brasil. 2014. Disponível em: <https://www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/humanas_sociais_e_aplicadas/article/download/540/457>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SUAVE, Angela Michele. **Ocupação do Movimento Sem Teto: limites, possibilidades e desafios da organização**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=147504 Acesso em: 15 abr. 2019.

WACQUANT, Loïc. Que é gueto?: construindo um conceito sociológico. 2004. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 23, p. 155-164, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24629.pdf/>>>. Acesso em: 07 abr. 2019.